

CARTA DO EDITOR

Esta primeira edição do volume 11 da revista *Desenvolvimento em Debate* é resultado de uma parceria acadêmica com o Grupo de Trabalho *Pobreza e Políticas Sociais* do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais e aborda a proteção social no mundo pós-pandemia. As análises sobre o impacto social do COVID-19 salientam o aumento da desigualdade e da pobreza na América Latina, o subcontinente mais desigual do mundo.

A magnitude da crise de múltiplas dimensões – econômica, social, sanitária – reverberou a importância do papel do Estado e dos bens públicos. De fato, a pandemia exigiu medidas de ampliação do gasto social e a adoção de políticas ad hoc. Em quase todos os países houve um vasto conjunto de intervenções com foco na regulação dos mercados, proteção dos trabalhadores formais, aumento dos recursos do sistema de saúde e transferência de renda para as classes mais vulneráveis, em particular, desempregados e informais.

A intensidade da intervenção estatal teve efeitos positivos para atenuar a crise imposta às diversas famílias. No entanto, o grau de intervenção das políticas públicas não foi suficiente para conter a proporção da calamidade. Em primeiro lugar, a pandemia evidenciou a fragmentação dos sistemas de proteção social na região, considerando que a abrangência e *generosidade* das intervenções se viu condicionada pelas capacidades fiscais, burocrático-administrativas e organizacionais dos Estados. Em segundo lugar, uma profunda estratificação, derivada da segmentação das respostas estatais diferenciando o público-alvo em função de sua relação com o mercado de trabalho remunerado. Em terceiro lugar, a limitação temporal. Superado o momento mais crítico da pandemia, e uma vez que avançaram os planos de vacinação e caiu o número de infectados e mortos, os países adotaram uma política de reversão do gasto social em uma lógica de desmonte de programas e políticas. A volta à normalidade levou, assim, a uma reversão na intensidade da proteção social.

No artigo que abre o volume, “Enfrentando a pandemia desde o local. A desigualdade nas condições de habitabilidade”, Alicia Ziccardi explora os efeitos da crise sanitária global produto do vírus COVID-19 nas condições de vida dos setores urbanos no México. Para tal fim, apresenta resultados de um trabalho de campo realizado em 8 áreas urbanas do país. Como a autora explica, a eleição se justifica pelo caráter “ eminentemente urbano ” da pobreza no país e pelo impacto da pandemia sobre os setores urbanos. Em efeito, foi nas cidades onde se concentrou o maior número de infectados e de pessoas que perderam a vida. Na visão da autora, a intensidade da crise provocou uma mudança radical do modo de vida dos moradores das cidades.



<http://dx.doi.org/10.51861/ded/dmvt.1.c01>

O artigo tem por intuito contribuir para desenho de novas políticas e ações que permitam avançar para a conquista de cidades saudáveis e em escala humana, economicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis. Por isso, Ziccardi chama a “(...) rever o paradigma de cidade que se desenvolveu no quadro das políticas neoliberais que se impuseram em México nas últimas três décadas, desde uma perspectiva local”.

A seguir, Guillermo Fuentes e Carmen Midaglia, autores de “La trampa de la integralidad: descreme sectorial y fragmentación institucional en Uruguay”, focam no caso uruguaio para explorar a reprodução da setorialização das proteções que, a pesar do caráter assistencial, são consideradas com uma orientação integral. Os autores vinculam a discussão com o aumento da estratificação do bem-estar derivado de um processo de diferenciação institucional dos “sujeitos beneficiários” – processo que aconteceu no contexto de reformas institucionais impulsionadas pelo paradigma da Nova Gestão Pública. No caso particular, a criação de Ministérios Sociais.

Na análise de Fuentes e Midaglia, os novos organismos criados para a área social acabaram sendo responsáveis de gerenciar as políticas de assistência, levando-os na prática a serem “administradores residuais da pobreza”. As mudanças posteriores não conseguiram modificar estruturalmente o “núcleo duro” do paradigma neoliberal em matéria de intervenções sociais, consolidando a fragmentação da oferta e uma lógica atomizada de intervenção social.

Na sequência, Nora Nagels, autora do artigo “Género y políticas de cuidado infantil en México: el caso del Programa de Estancias Infantiles para Apoyar a Madres Trabajadoras y/o Padres Solos (2007)” analisa as características de gênero do Programa de Assistência à Mães Trabalhadoras e/ou Mães Solteiras (PEI) lançado no México em 2007 durante a administração de Felipe Calderon (PAN). Para tal fim, mobiliza as categorias de “engenerização”, “degeneração” e “re-generização”, criadas por Orloff, com o objetivo de entender se promovem a desfamiliarização e a desmaternalização.

Através da aplicação de uma metodologia qualitativa de análise de literatura secundária e entrevistas Nagels argumenta que “(...) o PEI tem características de desgenerização ao promover a corresponsabilização pelo cuidado dos filhos com o Estado permitindo que as mulheres trabalhem”. Nessa dinâmica, a “desmaternalização” é limitada porque o serviço está disponível apenas para mães trabalhadoras. Assim, o programa é ambíguo. De um lado “contribui para que as mulheres se afastem do rol tradicional do cuidado” e participem do mercado de trabalho. No entanto, a baixa qualidade dos serviços e sua cobertura limitada para trabalhadores de baixa renda reproduzem a estratificação do regime previdenciário baseada na dualização do mercado de trabalho mexicano”. Em outra ordem, o programa “não promove a responsabilidade compartilhada com os homens” pelo fato de estar orientado apenas a mulheres trabalhadoras.

O quarto artigo do dossiê, “COVID 19, Limitaciones y Retos del Sistema Público de Salud. El Caso Mexicano”, escrito por Enrique Valencia Lomelí, examina o sistema público de saúde no México no contexto anterior a la pandemia COVID-19, em particular entre as duas e três décadas prévias, de modo de salientar uma série de limitaciones estruturais desse sistema. Para tal fim, o autor aplica uma metodologia histórica e comparada mobilizando os conceitos de universalidade, direito à saúde e compromisso fiscal do Estado.

Através da comparação de dimensões básicas do sistema público de saúde mexicano com os de países de renda alta agrupados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Valencia Lomelí deixa em evidência “as brechas estruturais do sistema público de saúde no México” e faz um balanço da preparação sistêmica do país ante a pandemia do COVID-19. Em sua análise, o autor salienta diversos problemas do sistema sanitário que explicam as brechas fiscais e institucionais com os países de renda elevada, tais como cobertura insuficiente, segmentação, desigualdade e profunda hierarquização em conjuntos heterogêneos de serviços, insuficiência financeira relacionada com um compromisso fiscal débil e restrições de recursos humanos e infraestrutura básica.

Na sequência, Mario Fuentes, autor do artigo “Espacio social y determinantes psicosociales de resiliencia en México” apresenta uma análise da resiliência, em particular em sua dimensão psicossocial, partindo da consideração do espaço social na perspectiva de Bourdieu de considerar os “(...) os espaços físicos e simbólicos nos quais as pessoas interagem umas com as outras e com instituições”. A chave de interpretação pessoal do conceito recai na análise da “habitabilidade”, categoria que permite avaliar, partindo da resiliência, a deterioração das condições de vida e as violências das estruturas do espaço social no México.

Na visão do autor, a análise da dimensão psicossocial leva necessariamente a problematizar “(...) o contexto macro em que estão a ocorrer globalmente, bem como as características socioeconômicas das estruturas de socialização, casas, escolas e espaços públicos ou comunitários, sobretudo aqueles onde se acumulam mais desvantagens”. São precisamente esses espaços onde as pessoas habitam ou passam grande parte do tempo que são analisados em uma dimensão que vai além do plano individual, considerando que se relacionam com “as condições de falta de proteção institucional” das pessoas e famílias derivadas de uma deterioração das estruturas sociais.

Na segunda parte, três artigos complementam o dossiê organizado pelo Grupo de Trabalho Pobreza e Políticas Sociais de CLACSO. No primeiro, “Construção da política de segurança alimentar e nutricional: o Plano Municipal da cidade de São Paulo”, de autoria de Marcelo Mazeta Lucas, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante, Daiane Roncato Cardoz e Leandro de Lima Santos, se examina como o título indica, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) na cidade de São Paulo. Para tal fim, os autores apresentam resultados

de uma pesquisa descritiva e exploratória a partir de entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e da sociedade civil.

No estudo, os autores analisam elementos institucionais, o perfil e atuação dos atores e as arenas dos processos de discussão, identificando desafios, efetividades institucionais e organizacionais na implantação do plano de segurança alimentar em análise. Entre os elementos salientados merecem destaque “(...) a previsão orçamentária, (o) convencimento interno da equipe técnica do governo, (a) estruturação de equipes de segunda ordem que terão interferência no projeto ou programa, entraves burocráticos e legislativos (...)”, assim com “a avaliação da efetividade” e a “efetividade da equipe técnica”.

A seguir, Alexandre Jerônimo de Freitas e Henrique Moura Ferreira, autores do artigo “*Buen Vivir* e Extrativismo”: Transformação Produtiva no equador durante o Governo de Rafael Correa” examinam as políticas de desenvolvimento produtivo de modo a ver se houve “mudança estrutural” nos governos de Equador durante a experiência progressista do presidente Correa. Por meio de uma análise setorial de manufaturas através do uso da classificação por intensidade tecnológica adotada pela OCDE, os autores desmistificam as críticas que afirmam que houve uma mera reprodução da estrutura primário-exportadora extrativista e concluem que apesar da implantação parcial dos Planos Nacionais para o *Buen Vivir*, 2009 a 2013 e 2013 a 2017 “houve uma pequena, mas significativa mudança na estrutura produtiva do país”.

Na visão dos autores, houve “avanços significativos nos subsetores mais tecnológicos da indústria de transformação equatoriana, contradizendo o argumento de que a estrutura produtiva em nada se modificou.” O artigo mostra que essa mudança foi produto de uma “(...) concepção inovadora de sociedade (que) tornou-se a pedra angular para a elaboração de dois planos nacionais de desenvolvimento.” Isso, porque houve uma busca deliberada de “promover a transformação da matriz produtiva, a fim de propagar uma maior diversificação na economia e dinamização da produtividade, bem como, garantir a soberania nacional da produção interna e reduzir a dependência dos setores primário-exportadores”. Em uma perspectiva mais holística, o texto chama à reflexão sobre a questão temporal, considerando que diversas experiências históricas, tais como China ou Coréia do Sul, levaram décadas para desenvolverem políticas industriais, comerciais e tecnológicas bem sucedidas. Processo de longo prazo que exige continuidade.

Por fim, Ahmad Saeed Khan e Laura Costa Silva, autores de “A influência dos principais determinantes e da governança sobre o desmatamento na Amazônia Legal brasileira: uma abordagem por painel (2003-2020)” visam avaliar, como indica o título do texto, a influência de uma série de fatores determinantes no combate ao desmatamento em municípios da denominada Amazônia Legal em diferentes administrações (Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro). Entre os fatores explicativos, os autores salientam as gestões governamentais, a localização espacial dos municípios e as variáveis relativas à agropecuária, o crescimento econômico e o contingente populacional.

Através da aplicação da análise descritiva e de um modelo de painel balanceado – Efeito Aleatório (EA), os autores demonstram que nos municípios do estudo o desmatamento chega até 10% do total das áreas desmatadas, sendo causas particulares do fenômeno derivados do regime produtivo, tais como “(...) a expansão da economia, da área de lavoura, da pecuária bovina e da população (...)”. Afirmam também que “(...) os municípios do estado do Pará apresentaram desmatamento maior que todas as sedes municipais dos estados amazônicos, com exceção do estado de Rondônia”. Em relação ao fator político, o desmatamento avançou mais durante o governo do presidente Bolsonaro. Em função dos resultados, o artigo conclui com um apelo à “(...) necessidade da intervenção estatal na implementação de políticas públicas focadas na prevenção e controle do desmatamento e que abarque todos os estágios de desflorestamento dos municípios”.

Considerados em conjunto, em uma leitura integral, os artigos representam uma contribuição para analisar as condições de vida da população, as diversas dimensões do bem-estar -tais como moradia, cuidados e sustentabilidade ambiental- e o papel do Estado sobre a transformação estrutural e o desenvolvimento.

Boa leitura!

Flavio Gaitán
Editor-Chefe

